

Edital

Tomada de Preço nº. 002/2015

Processo Administrativo nº. 20150000006

A Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí – PI, por sua Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da Portaria Nº. 001/2015, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, torna público que realizará Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipificada como de menor preço, a realizar-se no dia **26/01/2015, Horário às 11:00 horas. Local:** sede da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Piauí, na Avenida 29 de Abril, s/n – bairro Três Maria, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, objetivando a **Aquisição de Medicamentos éticos, Farmácia Basica e Penso Hospitalar destinados a consumo durante o ano de 2015, conforme descrição e quantitativos dos Anexos I, II e III, em regime de empreitada global por lote**, esclarecendo que a presente licitação será regida pelas normas fixadas nesta Tomada de Preço, pela Lei nº. 8.666/93, e legislação posterior, que o suplementam no que for omissso.

I – DO OBJETO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1.1 - Aquisição de Medicamentos éticos, Farmácia Basica e Penso Hospitalar destinados a consumo durante o ano de 2015, conforme descrição e quantitativos dos Anexos I, II e III, que doravante são parte integrante desta Tomada de Preço.

1.2– Poderá participar desta licitação toda e qualquer firma individual ou sociedade regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada no ramo de fornecimento dos referidos produtos, e que satisfaça a todas as exigências do presente Edital, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados.

1.3– Para participarem do certame os interessados deverão manifestar interesse até 03(Três) dias úteis antes da data e horário de realização do certame, como também comprovar habilitação conforme discriminado neste edital.

1.4– É vedada a formação de consórcios para participação desta licitação.

1.5– Não poderão participar desta licitação: empresas com suspensão temporária de participação em licitação ou empresas declaradas inidôneas e impedidas de contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

1.6–A licitante desejando apresentar preposto, deverá fazê-lo mediante um único representante, que deverá se identificar no ato da abertura da licitação, através de procuração com firma reconhecida, outorgando amplos poderes para o mandatário representar a licitante nesta licitação.

II – DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

2.1 Os envelopes contendo os documentos de HABILITAÇÃO e PROPOSTAS DE PREÇOS deverão ser entregues na data, horário e local acima mencionados em envelopes distintos conforme modelo:

Envelope 1 - Documentação

À



ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal De São Lourenço Do Piauí

CNPJ(MF): Nº 41.522.095/0001-90

AV. 29 DE ABRIL S/N, BAIRRO TRES MARIAS

CEP: 64778-000 – SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ

Comissão Permanente de Licitação

Av. 29 de Abril, s/n – Três Marias

CEP: 64778000 S. Lourenço do Piauí-PI

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

Identificação da Empresa e nº. do CNPJ

abertura dia 26/01/2015 as 11:00 horas

Envelope 2 - Proposta de Preços

À

Comissão Permanente de Licitação

Av. 29 de Abril, s/n – Três Marias

CEP: 64778000 S. Lourenço do Piauí-PI

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015

Identificação da Empresa e nº. do CNPJ

abertura dia 26/01/2015 as 11:00 horas

2.2 – No envelope “DOCUMENTAÇÃO” os licitantes deverão apresentar a documentação abaixo relacionada, em uma única via original ou cópias devidamente autenticadas:

III – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade do empresário ou sócio;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedade comercial, OBS.: Se a licitante tiver mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativa apenas à matriz.

IV – DA REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;
- b) Federal (certidão conjunta de **Tributos Federais, Estadual** (Certidão de Dívida Ativa do Estado e Certidão de Quitação de Tributos Estaduais) e **Municipal** (Certidão Quanto a Dívida Ativa Municipal e Certidão de Tributos Municipais);
- c) Certidão do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado (expedida até 90(noventa) dias da abertura do certame);
- f) Certidão de Distribuição de Concordatas e Falências, emitido pelo Cartório distribuidor da sede da licitante.

V - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Alvará de funcionamento emitido pelo Poder Público Municipal do licitante, dentro do prazo de validade;
- b) Alvará da Vigilância Sanitária Estadual – Medicamentos;
- c) Alvará da Vigilância Sanitária Federal (ANVISA) Especial;
- d) Comprovante emitido pela Fazenda Estadual de que a licitante é emissora de NF.e.

VI – OUTRAS COMPROVAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

- a) Declaração da licitante, em cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da CF, que não mantém relação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre com menor de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho com menor de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz. (anexo III);
- b) Declaração de que não superveniência de fato impeditivo de habilitação (anexo IV);
- c) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e que se sujeita a todas as condições estabelecidas neste edital.

VII – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

- a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei (chancelados na Junta Comercial do Estado) que comprove a boa situação financeira da empresa;

7.1 – A firma que apresentar documentação em desacordo com quaisquer dessas exigências, estará inabilitada a prosseguir no processo licitatório;

7.2 – Os documentos deverão ser apresentados em cópia original da internet, em cópia autenticada em cartório, ou a Comissão autenticará cópias de documentos exigidos neste edital, mediante a apresentação dos originais, a fim de se fazer a competente verificação;

7.3 – A Comissão poderá solicitar também originais de documentos já autenticados, para fins de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-los no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo ser considerada inabilitada;

7.4 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas, é facultado a Comissão fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, para apresentação de documentação escoimada das causas que provocaram a inabilitação;

7.5 – No envelope nº. 2 – “PROPOSTA DE PREÇOS” deverá conter a proposta devidamente redigida em língua portuguesa sem rasuras, contendo obrigatoriamente:

a) o valor do objeto desta Tomada de Preços, onde os preços deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transporte, carregamento e descarrego.

b) identificação social, endereço, nº do CNPJ, assinatura do proponente e referência a esta licitação.

c) indicar expressamente o prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

d) As propostas deverão ser apresentadas, em moeda corrente brasileira.

e) deverá ser apresentada em 01(uma) via, em papel timbrado da licitante, devidamente rubricadas.

VIII – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1- Para custear a execução do objeto desta licitação, serão utilizados recursos do FPM/FUS/FMS/FMAS/AFB/PAB/ICMS, FPM E RECURSOS PRÓPRIOS.

IX – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:



9.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e atendam todas as condições determinadas neste edital e seus anexos.

X – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

10.1. A competente classificação das Propostas de Preços será feita através do critério de MENOR PREÇO, tendo em vista que esta licitação é do tipo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE;

10.2 – em caso de empate entre dois ou mais licitantes, a Comissão de Licitação realizará sorteio entre as mesmas, para definição da empresa vencedora;

10.3 – **Será desclassificada a empresa que: a) não atenda às exigências desta Tomada de Preço; b) apresentarem preços incompatíveis com os de mercado, inexequíveis ou de valor “zero”.**

XI – DO PROCEDIMENTO:

11.1- No dia, horário e local indicado no preâmbulo desta Tomada de Preço, em sessão pública, a Comissão de Licitação procederá ao recebimento dos envelopes, em seguida efetuará a abertura do envelope de DOCUMENTAÇÃO, para verificar quais empresas estarão habilitadas.

11.2 – Na mesma sessão, a critério da Comissão de Licitação, poderão ser analisados os documentos contidos no envelope “DOCUMENTAÇÃO” e anunciado o resultado da habilitação ou designado dia e hora certos para a divulgação.

11.3 – Uma vez proferido o resultado da habilitação, e desde que tenha transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos, serão devolvidos os envelopes “PROPOSTAS DE PREÇOS”, fechados, aos participantes inabilitados, diretamente ou pelos correios.

11.4 – Em seguida será procedida a abertura dos envelopes “PROPOSTAS DE PREÇOS” dos participantes habilitados, sendo verificados os documentos e rubricados pelos membros da Comissão.

11.5 – O licitante poderá se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento escrito firmado pelo representante legal do mesmo, a quem seja conferido amplos poderes para representá-lo em todos os atos e termos do procedimento licitatório.

11.6 – **No caso de representação, o procurador ou pessoa credenciada, deverá exibir o instrumento que o habilita a representar o licitante, antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes.**

11.7 – Se o portador dos envelopes do licitante não detiver instrumento de representação ou este não atender ao disposto no item 6.4, tal pessoa ficará impedida de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação.

11.8 – Não serão aceitas propostas abertas, ou em fac-símile.

11.9 – Das reuniões realizadas para abertura dos envelopes, bem como daquelas realizadas em sessões reservadas da Comissão, serão lavradas atas circunstanciadas.

XII – DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO:



12.1- Das decisões da Comissão de Licitação, caberão os recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do referido ato, ou da lavratura da ata, previsto no Art. 109, da Lei 8.666/93.

12.2 – Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido o prazo recursal, ou tendo havido desistência expressa após o julgamento dos recursos interpostos, o processo licitatório percorrerá o trâmite normal.

XIII – DO CONTRATO:

13.1 – Homologado o resultado, o proponente vencedor será convocado posteriormente para assinatura do instrumento contratual num prazo de 5 (cinco) dias.

13.2 – Até a data de assinatura do contrato, poderá ser eliminado da licitação qualquer licitante que tenha apresentado documentos ou declarações falsas, prejudicando o julgamento da licitação.

13.3 – A não assinatura do contrato, por qualquer motivo dentro do prazo previsto, implicará na eliminação do licitante vencedor, além das multas e sanções previstas na Lei 8.666/93, e a administração chamará o segundo colocado.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 A empresa vencedora deverá entregar os materiais/produtos relativos ao presente certame, até 05 (cinco) dias após a emissão da competente **Ordem de Fornecimento**, no endereço da Contratante ou em qualquer outro determinado por esta, sem nenhum ônus tais como, carga, descarga, fretes, tributos, encargos sociais ou outros.

14.2 – Se as datas previstas para realização desta licitação forem declaradas feriados ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, a mesma deverá ser realizada no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora anteriormente estabelecidos, independentemente de qualquer comunicação aos interessados.

14.3 – A Prefeitura Municipal, poderá até a formalização definitiva do contrato, desistir da contratação, bem assim revogar a licitação no todo ou em parte, por interesse público, ou anulá-la, sem que disso resulte para qualquer licitante, direito ou ressarcimento ou indenização.

14.4 – Aplicam-se a este processo licitatório, as disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações, que regulamenta as licitações promovidas pela Administração Pública.

14.5 – Integram ao presente Edital os Anexos:

I – Lote I;

II – Lote II;

III – Lote III;

IV – Declaração de que não emprega menor trabalhador;

V – Declaração de Superveniência e Fato Impeditivo de Habilitação;

VI – Minuta de Contrato

14.6 - Outros esclarecimentos sobre o presente processo licitatório de caráter técnico ou legal, poderão ser prestados de Segunda a Sexta – feira durante o expediente desta Prefeitura na sua sede.

São Lourenço do Piauí, PI, em 05 de janeiro de 2015.





ESTADO DO PIAUÍ

Prefeitura Municipal De São Lourenço Do Piauí

CNPJ(MF): Nº 41.522.095/0001-90

AV. 29 DE ABRIL S/N, BAIRRO TRES MARIAS

CEP: 64778-000 – SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ

Ricardo Ribeiro de Santana

Presidente da CPL

Grazielle Santos de Sousa
Secretaria

Rafael dos Santos Santana
Membro